# **Demonstrações Financeiras**

# Cristal Pigmentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2013 com Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

# Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	. 1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	. 3
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	. 8
Demonstrações do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Edifício Guimarães Trade

Av. Tancredo Neves, 1189 17º Andar - Pituba 41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9000 Fax: (5571) 3501-9019 www.ey.com.br

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Cristal Pigmentos do Brasil S.A.** Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

#### **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 24 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2 SP 015199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	_	(	Controladora	(	Consolidado
	Nota	2013	2012	2013	2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.675	43.979	28.373	63.099
Contas a receber de clientes	7	39.998	68.618	45.013	83.637
Dividendos a receber	11	29.065	20.809	-	-
Estoques	8	145.060	133.612	219.360	201.691
Tributos a recuperar	9	5.233	4.759	5.677	5.132
Partes relacionadas	20	6.888	4.508	4.284	1.489
Outros ativos	24	22.058	1.548	22.259	2.480
	_	253.977	277.833	324.966	357.528
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	372	439	869	978
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	26.737	20.736	44.337	33.501
Depósitos judiciais	16	3.782	3.150	4.460	3.328
Investimentos	11	150.821	141.779	-	_
Imobilizado	12	127.129	149.065	182.984	210.976
Intangível	13	1.634	1.989	2.032	2.202
3	_	310.475	317.158	234.682	250.985
Total do ativo	_	564.452	594.991	559.648	608.513

			Controladora		Consolidado
	Nota	2013	2012	2013	2012
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		9.536	51.233	10.630	53.823
Empréstimos e financiamentos	14	3.542	7.139	3.550	17.248
Salários e encargos sociais		13.338	12.656	15.394	14.518
Impostos, taxas e contribuições	15	2.878	3.300	11.482	11.996
Partes relacionadas	20	89.473	67.763	33.713	30.624
Dividendos a pagar	18	2.006	18.182	2.006	18.182
Provisões	16	753	387	753	387
Outros passivos	24	8.223	7.570	8.163	7.655
	·	129.749	168.230	85.691	154.433
Não circulante					
Fornecedores		1.436	1.347	1.436	1.347
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	8
Impostos, taxas e contribuições	15	6.384	6.618	6.384	6.618
Provisões	16	5.434	6.421	9.870	7.169
Gastos para recuperação da mina	17	-	-	34.818	26.563
		13.254	14.386	52.508	41.705
Patrimônio líquido	18				
Capital social		162.505	162.505	162.505	162.505
Reservas de capital		181.896	188.925	181.896	188.925
Reservas de lucros		70.032	60.945	70.032	60.945
Dividendo adicional proposto		7.016	-	7.016	-
	_	421.449	412.375	421.449	412.375
Total do passivo e do patrimônio líquido	_	564.452	594.991	559.648	608.513
Total do passivo e do patrillorilo liquido		307.732	JUT. JUI	333.040	000.010

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

			Controladora		Consolidado
_	Nota	2013	2012	2013	2012
Operações continuadas					
Receitas	21	311.718	364.278	404.945	455.774
Custo de vendas	22	(336.942)	(323.965)	(370.626)	(349.037)
Lucro bruto		(25.224)	40.313	34.319	106.737
Despesas com vendas	23	(7.263)	(7.161)	(17.950)	(16.167)
Despesas gerais e administrativas	22	(16.163)	(14.163)	(19.914)	(16.573)
Honorários da administração	20	(1.364)	(1.311)	(1.364)	(1.311)
Resultado de equivalência patrimonial	11	37.997	46.621	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	16.216	(4.498)	16.399	(4.234)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		4.199	59.801	11.490	68.452
Receitas financeiras		2.367	2.782	3.349	4.214
Despesas financeiras		(1.526)	(1.756)	(4.361)	(4.443)
Variação cambial, líquida		` 47 <b>4</b>	(3.840)	` 604	(3.884)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		5.514	56.987	11.082	64.339
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	19 19	6.000	(3.210) (3.659)	(10.403) 10.835	(13.802) (419)
Lucro líquido do exercício	_	11.514	50.118	11.514	50.118
Ações em circulação no final do exercício (em milhares) Ordinárias Preferenciais Classe "A" Preferenciais Classe "B"	26	812.672 987.379 521.449	812.672 987.379 521.449	812.672 987.379 521.449	812.672 987.379 521.449
Lucro básico e diluído por mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício – R\$ Ordinárias Preferenciais Classe "A" Preferenciais Classe "B"		0,003 0,007 0,003	0,020 0,024 0,020		

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

_	С	С	Consolidado	
_	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	11.514	50.118	11.514	50.118
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Efeito de imposto de renda	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Efeito de imposto de renda	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	11.514	50.118	11.514	50.118

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

		Res	servas de ca	ıpital		Reserv	as de lucros				
							Estatutárias				
	Capital social	Ágio na integralização de ações	Correção monetária especial i	lsenção e redução de mposto de renda	Legal	Especial para dividendos	Isenção e redução de imposto de renda	Para aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	162.505	22.791	21.633	136.307	7.241	3.693	3.042	18.378		-	375.590
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	-			-		- (2.718)				-	(2.718)
Lucro líquido do exercício Destinação proposta:	-			-		-				50.118	50.118
Dividendos propostos Constituição de reservas	-		 	- 8.194	2.506	 	(3.042	31.845		(10.615) (39.503)	(10.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	162.505	22.791	21.633	144.501	9.747	975		- 50.223	-	-	412.375
Lucro líquido do exercício Destinação proposta:	-	-		-					-	11.514	11.514
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-		-					7.040	(2.734)	(2.734)
Dividendos propostos Constituição de reservas	-			(7.029)	577	-	7.09	5 1.415	7.016 -	(7.016) (1.764)	294
Saldos em 31 de dezembro de 2013	162.505	22.791	21.633	137.472	10.324	975	7.09	5 51.638	7.016	-	421.449

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

_	Controladora		Consolidado		
_	2013	2012	2013	2012	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.514	56.987	11.082	64.339	
Ajuste para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	30.240	30.500	44.029	43.012	
Resultado da equivalência patrimonial	(37.997)	(46.621)	-	-	
Variações monetárias, líquidas	(613)	(2.071)	(753)	(2.071)	
Valor residual de ativo imobilizado baixado	324	319	506	532	
Ajuste a valor presente provisão para recuperação da mina	-	-	2.769	2.415	
Constituição / (reversão) de provisões, líquidas	(2.923)	(718)	993	(494)	
	(5.455)	38.396	58.626	107.733	
V-1					
Variações nos ativos e passivos operacionais  Contas a receber de clientes	28.013	(15.361)	37.691	(18.919)	
Estoques	(8.541)	(52.635)	(14.761)	(65.475)	
Fornecedores	(41.608)	37.461	(43.104)	36.731	
Partes relacionadas	25.524	14.474	1.805	4.386	
Obrigações trabalhistas	682	(337)	876	(414)	
Obrigações fiscais	(3.753)	(2.069)	(10.571)	(8.285)	
Parcelamento fiscal	(794)	(650)	(794)	(650)	
Outros ativos e passivos	(17.933)	5.612	(20.570)	6.436	
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(23.865)	24.891	9.198	61.543	
Juros pagos	(100)	(84)	(121)	(105)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	` -	(2.868)	(379)	(6.574)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades		•		, ,	
operacionais	(23.965)	21.939	8.698	54.865	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(8.275)	(10.250)	(10.171)	(12.195)	
Dividendos recebidos	17.10Ó	`30.812	`	-	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de					
investimentos	8.825	20.562	(10.171)	(12.195)	
Dividendos pagos	(19.668)	(2.591)	<b>(19.668</b> )	(2.591)	
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	697	-	4.647	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.496)	(425)	(13.585)	(511)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de					
financiamentos	(23.164)	(2.319)	(33.253)	1.545	
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(38.304)	40.182	(34.726)	44.215	
Caixa a aquivalentes de saixa no início de eversísio	43.979	3.797	63.099	18.884	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43.979 5.675	3.797 43.979	63.099 28.373	63.099	
Caixa e equivalentes de caixa no ilital do exercicio	3.073	40.313	20.313	03.088	

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Receitas         2013         2012         2013         2012           Vendas brutas de produtos         387.591         447.506         488.207         548.259           Quitras receitas         20.178         2.525         20.429         2.746           Insumos adquiridos de terceiros         (256.339)         (254.585)         (260.39)         260.740           Valor adicionado bruto         151.430         195.446         242.244         290.265           Valor adicionado líquido produzido pela Companhia         121.190         164.946         198.215         247.253           Valor adicionado recebido em transferência         2.367         2.782         3.349         4.21           Resultado da equivalência patrimonial         2.367         2.782         3.349         4.21           Resultado da equivalência patrimonial         2.367         2.782         3.349         4.21           Quitras receitas         2.44         2.0         2.2         2.2         2.2           Valor adicionado total a distribuir         161.578         21.439         20.588         251.467           Pessoal e encargos         72.281         70.097         85.868         83.024           Salários e encargos         53.742         51.765 <t< th=""><th></th><th>c</th><th>ontroladora</th><th colspan="3">Consolidado</th></t<>		c	ontroladora	Consolidado		
Vendas brutas de produtos         387,591 (20.178)         2.650 (20.229)         20.478 (20.000)         20.000 <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2012</th>		2013	2012	2013	2012	
National Aguiridos de terceiros   256.339   254.585   266.392   260.740	Vendas brutas de produtos					
Insumos adquiridos de terceiros   (256.339)   (254.585)   (266.392)   (260.740)     Valor adicionado bruto   151.430   195.446   242.244   290.265     Depreciação e amortização   (30.240)   (30.500)   (44.029)   (43.012)     Valor adicionado líquido produzido pela Companhia   121.190   164.946   198.215   247.253     Valor adicionado recebido em transferência   Resultado da equivalência patrimonial   37.997   46.621   - 244	Outras receitas					
Valor adicionado bruto         151.430         195.446         242.244         290.265           Depreciação e amortização         (30.240)         (30.500)         (44.029)         (43.012)           Valor adicionado líquido produzido pela Companhia         121.190         164.946         198.215         247.253           Valor adicionado recebido em transferência Resultado da equivalência patrimonial         37.997         46.621         -         -           Receitas financeiras         2.367         2.782         3.349         4.214           Outras receitas         2.4         -         24         -           Valor adicionado total a distribuir         161.578         214.349         201.588         251.467           Distribuição do valor adicionado         -		407.769	450.031	508.636	551.005	
Depreciação e amortização   (30.240)   (30.500)   (44.029)   (43.012)	Insumos adquiridos de terceiros	(256.339)	(254.585)	(266.392)	(260.740)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia         121.190         164.946         198.215         247.253           Valor adicionado recebido em transferência         Resultado da equivalência patrimonial         37.997         46.621         -         -           Receitas financeiras         2.367         2.782         3.349         4.214           Outras receitas         24         -         24         -         24         -           Valor adicionado total a distribuir         161.578         214.349         201.588         251.467           Distribuição do valor adicionado           Pessoal e encargos         72.281         70.097         85.886         83.024           Salários e encargos         53.742         51.765         62.424         60.034           Outros beneficios         14.979         14.927         19.338         19.060           Fundo de garantia por tempo de serviço         3.560         3.405         4.124         3.930           Impostos, taxas e contribuições         72.567         87.357         93.752         106.832           Federais         36.852         49.968         50.919         64.942           Estaduais         33.800         36.600         39.236         38.979 <th>Valor adicionado bruto</th> <th>151.430</th> <th>195.446</th> <th>242.244</th> <th>290.265</th>	Valor adicionado bruto	151.430	195.446	242.244	290.265	
Valor adicionado recebido em transferência         Resultado da equivalência patrimonial         37.997         46.621         - <t< th=""><th>Depreciação e amortização</th><th>(30.240)</th><th>(30.500)</th><th>(44.029)</th><th>(43.012)</th></t<>	Depreciação e amortização	(30.240)	(30.500)	(44.029)	(43.012)	
Resultado da equivalência patrimonial Receitas financeiras   2.367   2.782   3.349   4.214   24   - 24	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	121.190	164.946	198.215	247.253	
Receitas financeiras   2.367   2.782   3.349   4.214   24   - 2						
Outras receitas         24         -         24         -           Valor adicionado total a distribuir         161.578         214.349         201.588         251.467           Distribuição do valor adicionado           Pessoal e encargos         72.281         70.097         85.886         83.024           Salários e encargos         53.742         51.765         62.424         60.034           Outros benefícios         14.979         14.927         19.338         19.060           Fundo de garantia por tempo de serviço         3.560         3.405         4.124         3.930           Impostos, taxas e contribuições         72.567         87.357         93.752         106.832           Federais         36.852         49.968         50.919         64.942           Estaduais         33.880         36.600         39.236         38.979           Municipais         1.835         789         3.597         2.911           Financiadores         5.216         6.777         10.436         11.493           Juros e variações cambiais         3.601         5.197         6.567         7.927           Aluguéis         1.572         1.580         3.626         3.566 <td< td=""><td></td><td></td><td></td><td> <del>-</del></td><td>-</td></td<>				<del>-</del>	-	
Valor adicionado total a distribuir         40.388         49.403         3.373         4.214           Valor adicionado total a distribuir         161.578         214.349         201.588         251.467           Distribuição do valor adicionado         Valor de paragos         72.281         70.097         85.886         83.024           Salários e encargos         53.742         51.765         62.424         60.034         60.034         60.034         60.034         60.034         72.567         87.357         93.752         106.832         19.060         72.567         87.357         93.752         106.832         72.567         87.357         93.752         106.832         83.060         72.567         87.357         93.752         106.832         83.060         83.226         49.968         50.919         64.942         83.979         83.880         36.600         39.236         38.979         83.979         83.597         2.911         83.226         83.597         2.911         83.226         83.597         2.911         83.226         83.597         2.927         83.226         83.526         83.526         83.526         83.526         83.526         83.526         83.526         83.526         83.526         83.527         83.527         <					4.214	
Valor adicionado total a distribuir         161.578         214.349         201.588         251.467           Distribuição do valor adicionado         Pessoal e encargos         72.281         70.097         85.886         83.024           Salários e encargos         53.742         51.765         62.424         60.034           Outros benefícios         14.979         14.927         19.338         19.060           Fundo de garantia por tempo de serviço         3.560         3.405         4.124         3.930           Impostos, taxas e contribuições         72.567         87.357         93.752         106.832           Federais         36.852         49.968         50.919         64.942           Estaduais         33.880         36.600         39.236         38.979           Municipais         1.835         789         3.597         2.911           Financiadores         5.216         6.777         10.436         11.493           Juros e variações cambiais         3.601         5.197         6.567         7.927           Aluguéis         1.572         1.580         3.826         3.566           Outras         43         -         43         -         43         -	Outras receitas				4 214	
Distribuição do valor adicionado           Pessoal e encargos         72.281         70.097         85.886         83.024           Salários e encargos         53.742         51.765         62.424         60.034           Outros benefícios         14.979         14.927         19.338         19.060           Fundo de garantia por tempo de serviço         3.560         3.405         4.124         3.930           Impostos, taxas e contribuições         72.567         87.357         93.752         106.832           Federais         36.852         49.968         50.919         64.942           Estaduais         33.880         36.600         39.236         38.979           Municipais         1.835         789         3.597         2.911           Financiadores         5.216         6.777         10.436         11.493           Juros e variações cambiais         3.601         5.197         6.567         7.927           Aluguéis         1.572         1.580         3.826         3.566           Outras         43         -         43         -         43         -           Lucros retidos do exercício         11.514         50.118         11.514         50.118		40.300	49.403	3.373	4.214	
Pessoal e encargos         72.281         70.097         85.886         83.024           Salários e encargos         53.742         51.765         62.424         60.034           Outros benefícios         14.979         14.927         19.338         19.060           Fundo de garantia por tempo de serviço         3.560         3.405         4.124         3.930           Impostos, taxas e contribuições         72.567         87.357         93.752         106.832           Federais         36.852         49.968         50.919         64.942           Estaduais         33.880         36.600         39.236         38.979           Municipais         1.835         789         3.597         2.911           Financiadores         5.216         6.777         10.436         11.493           Juros e variações cambiais         3.601         5.197         6.567         7.927           Aluguéis         1.572         1.580         3.826         3.566           Outras         43         -         43         -         43         -           Lucros retidos do exercício         11.514         50.118         11.514         50.118           Dividendo adicional proposto         7.016	Valor adicionado total a distribuir	161.578	214.349	201.588	251.467	
Salários e encargos       53.742       51.765       62.424       60.034         Outros benefícios       14.979       14.927       19.338       19.060         Fundo de garantia por tempo de serviço       3.560       3.405       4.124       3.930         Impostos, taxas e contribuições       72.567       87.357       93.752       106.832         Federais       36.852       49.968       50.919       64.942         Estaduais       33.880       36.600       39.236       38.979         Municipais       1.835       789       3.597       2.911         Financiadores       5.216       6.777       10.436       11.493         Juros e variações cambiais       3.601       5.197       6.567       7.927         Aluguéis       1.572       1.580       3.826       3.566         Outras       43       -       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva de incentivo fiscal       (228)<	Distribuição do valor adicionado					
Salários e encargos         53.742         51.765         62.424         60.034           Outros benefícios         14.979         14.927         19.338         19.060           Fundo de garantia por tempo de serviço         3.560         3.405         4.124         3.930           Impostos, taxas e contribuições         72.567         87.357         93.752         106.832           Federais         36.852         49.968         50.919         64.942           Estaduais         33.880         36.600         39.236         38.979           Municipais         1.835         789         3.597         2.911           Financiadores         5.216         6.777         10.436         11.493           Juros e variações cambiais         3.601         5.197         6.567         7.927           Aluguéis         1.572         1.580         3.826         3.566           Outras         43         -         43         -           Lucros retidos do exercício         11.514         50.118         11.514         50.118           Dividendos propostos         2.734         10.615         2.734         10.615           Dividendo adicional proposto         7.016         -         7.016	Pessoal e encargos	72.281	70.097	85.886	83.024	
Fundo de garantia por tempo de serviço       3.560       3.405       4.124       3.930         Impostos, taxas e contribuições       72.567       87.357       93.752       106.832         Federais       36.852       49.968       50.919       64.942         Estaduais       33.880       36.600       39.236       38.979         Municipais       1.835       789       3.597       2.911         Financiadores       5.216       6.777       10.436       11.493         Juros e variações cambiais       3.601       5.197       6.567       7.927         Aluguéis       1.572       1.580       3.826       3.566         Outras       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845		53.742	51.765	62.424	60.034	
Impostos, taxas e contribuições       72.567       87.357       93.752       106.832         Federais       36.852       49.968       50.919       64.942         Estaduais       33.880       36.600       39.236       38.979         Municipais       1.835       789       3.597       2.911         Financiadores       5.216       6.777       10.436       11.493         Juros e variações cambiais       3.601       5.197       6.567       7.927         Aluguéis       1.572       1.580       3.826       3.566         Outras       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Outros benefícios	14.979	14.927	19.338	19.060	
Federais         36.852         49.968         50.919         64.942           Estaduais         33.880         36.600         39.236         38.979           Municipais         1.835         789         3.597         2.911           Financiadores         5.216         6.777         10.436         11.493           Juros e variações cambiais         3.601         5.197         6.567         7.927           Aluguéis         1.572         1.580         3.826         3.566           Outras         43         -         43         -         43         -           Lucros retidos do exercício         11.514         50.118         11.514         50.118           Dividendos propostos         2.734         10.615         2.734         10.615           Dividendo adicional proposto         7.016         -         7.016         -           Reserva legal         577         2.506         577         2.506           Reserva de incentivo fiscal         (228)         5.152         (228)         5.152           Reserva de lucros         1.415         31.845         1.415         31.845	Fundo de garantia por tempo de serviço	3.560	3.405	4.124	3.930	
Estaduais       33.880       36.600       39.236       38.979         Municipais       1.835       789       3.597       2.911         Financiadores       5.216       6.777       10.436       11.493         Juros e variações cambiais       3.601       5.197       6.567       7.927         Aluguéis       1.572       1.580       3.826       3.566         Outras       43       -       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Impostos, taxas e contribuições	72.567	87.357	93.752	106.832	
Municipais       1.835       789       3.597       2.911         Financiadores       5.216       6.777       10.436       11.493         Juros e variações cambiais       3.601       5.197       6.567       7.927         Aluguéis       1.572       1.580       3.826       3.566         Outras       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo físcal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Federais	36.852	49.968	50.919	64.942	
Financiadores         5.216         6.777         10.436         11.493           Juros e variações cambiais         3.601         5.197         6.567         7.927           Aluguéis         1.572         1.580         3.826         3.566           Outras         43         -         43         -           Lucros retidos do exercício         11.514         50.118         11.514         50.118           Dividendos propostos         2.734         10.615         2.734         10.615           Dividendo adicional proposto         7.016         -         7.016         -           Reserva legal         577         2.506         577         2.506           Reserva de incentivo fiscal         (228)         5.152         (228)         5.152           Reserva de lucros         1.415         31.845         1.415         31.845	Estaduais		36.600			
Juros e variações cambiais       3.601       5.197       6.567       7.927         Aluguéis       1.572       1.580       3.826       3.566         Outras       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Municipais	1.835	789	3.597	2.911	
Aluguéis       1.572       1.580       3.826       3.566         Outras       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Financiadores	5.216	6.777	10.436	11.493	
Outras       43       -       43       -       43       -         Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Juros e variações cambiais	3.601	5.197	6.567	7.927	
Lucros retidos do exercício       11.514       50.118       11.514       50.118         Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo físcal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845		1.572	1.580	3.826	3.566	
Dividendos propostos       2.734       10.615       2.734       10.615         Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Outras	43	-	43	-	
Dividendo adicional proposto       7.016       -       7.016       -         Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Lucros retidos do exercício	11.514	50.118	11.514	50.118	
Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845		2.734	10.615	2.734	10.615	
Reserva legal       577       2.506       577       2.506         Reserva de incentivo fiscal       (228)       5.152       (228)       5.152         Reserva de lucros       1.415       31.845       1.415       31.845	Dividendo adicional proposto	7.016	-	7.016	-	
Reserva de lucros 1.415 31.845 1.415 31.845	Reserva legal					
		` ,		` ,		
Valor adicionado distribuído         161.578         214.349         201.588         251.467	Reserva de lucros	1.415	31.845	1.415	31.845	
	Valor adicionado distribuído	161.578	214.349	201.588	251.467	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. Informações Gerais

A Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), antigamente Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari - BA, controladora integral da subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda. ("Cristal Mineração" ou "Controlada"), antigamente denominada Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda., com sede em Mataraca - PB. A Companhia tem por objeto a produção e o comércio de produtos químicos, especialmente ácido sulfúrico e pigmento branco de titânio e seus subprodutos; a produção, a industrialização e o comércio de matérias primas aplicadas ou não em sua própria produção; a importação e a exportação de matérias primas e de produtos industrializados acabados; a participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos. A controlada tem por objeto a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente rutilo, ilmenita e zirconita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação, com previsão de exaustão da mina em 2019.

A National Titanium Dioxide Company Ltd. ("Cristal") é possuidora indireta de 804.729.760 ações ordinárias e 858.553.315 ações preferenciais de emissão da Companhia, que representam mais de 99% do capital votante e 71,65% do capital total da Companhia.

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta controlada pela Thann Chimie SAS.

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

#### 2.1 Aspectos gerais

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com observância ás disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting* Standards (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.1 Aspectos gerais--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para recuperação do passivo ambiental da mina e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### 2.2 Principais práticas contábeis

#### a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

## b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações está apresentada na Nota 6.

#### d) Contas a receber de clientes

São classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis e estão apresentadas a valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### f) Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### g) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Provisão para recuperação da mina

Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportar tais gastos;

As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa de juros média de mercado para o exercício de 2013 de 8,49% a.a. (2012 – 10,50%).

As estimativas de custos são revistas a cada dois anos, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado.

#### i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### j) Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### j) <u>Tributação</u>--Continuação

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

#### k) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

As subvenções estaduais são registradas como redução de custo no resultado e as federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das controladas como reserva de capital.

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais da Bahia e da Paraíba. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Administração da Companhia entende ter direito a tais benefícios e vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução da questão nos tribunais e não acredita que incorrerá em perdas decorrentes deste assunto.

A Companhia goza do direito ao benefício de redução do imposto de renda, no percentual de 75% até o ano calendário de 2017 sobre o lucro da exploração decorrente da produção de dióxido de titânio, conforme mencionado na Nota 19 (b).

#### I) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### I) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

#### m) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; a provisão para recuperação da mina, o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

#### n) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### n) Instrumentos financeiros--Continuação

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em:(i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos.

#### o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547/09 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7.

#### p) Benefícios pós emprego

A Companhia oferece aos seus empregados o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, administrado pelo Itaú Previdência e Seguros S.A. – Itauprev. Por ser um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes. A administração da Companhia avaliou e concluiu não haver efeitos relevantes decorrentes da aplicação das disposições previstas na Deliberação CVM 695/12.

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis — Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### p) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

#### r) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através da diluição do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em razão da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

# 3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/ IFRIC e se aplicam pela primeira vez em 2013, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Essas alterações incluem o IAS 19 – Benefícios a Empregados, IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, IFRS 11 – Negócios em Conjunto, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011), las 28 – Investimento em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado (revisada em 2011), Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Alterações à IAS 6 – Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgados abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em "outros resultados abrangentes" e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A data de aplicação será a partir de 1 de janeiro de 2015. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" – traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. Será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento" – em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidades de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. Serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2014. Estas normas ainda não foram editadas pelo CPC.

A Companhia efetuou a análise dessas normas e concluiu que elas não trarão impactos às suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 4. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### 4.1 Demonstrações financeiras consolidadas

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detem o controle, sendo que o investidor detém controle sobre uma investida quando está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos devido ao seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

#### (b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia não possui coligadas em 31 de dezembro de 2013.

#### 4.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 5. Gestão de risco financeiro

#### 5.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro, descritas abaixo, que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

#### (a) Risco de taxa de câmbio

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas de dióxido de titânio da Controladora para o mercado externo representaram 2,41% e 5,18%, respectivamente, do total das receitas de vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as compras de matériaprima com preços atrelados à cotação de moedas estrangeiras representam, aproximadamente, 41,22% (2012 – 39,72%) do custo de produção.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. A Administração da Companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "hedge", já que entende que existe um hedge parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 5. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

#### (a) Risco de taxa de câmbio--Continuação

Os saldos de clientes, fornecedores no exterior e empréstimos e financiamentos cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Con	Consolidado		
	2013	2012	2013	2012
Clientes no exterior	852	2.646	852	2.646
Fornecedores no exterior	(1.453)	(41.070)	(1.453)	(41.070)
Partes relacionadas – empréstimos	(32.796)	(30.544)	(32.796)	(30.544)
	(33.397)	(68.968)	(33.397)	(68.968)

#### (b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

#### (c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

#### (d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 5. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

#### (d) Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Controladora
	Menos de um ano Entre	um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2013 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Partes relacionadas	9.536 3.542 89.473	1.436 - -
Em 31 de dezembro de 2012 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Partes relacionadas	51.233 7.139 67.763	1.347 - -
		Consolidado
	Menos de um ano Entre	um e dois anos
Em 31 de dezembro 2013 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Partes relacionadas	10.630 3.550 33.713	1.436 - -
Em 31 de dezembro de 2012 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Partes relacionadas	53.823 17.248 30.624	1.347 8 -

#### (e) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2013, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 5. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

#### (d) Análise de sensibilidade—Continuação

Risco taxa de juros				
			Efeito	
		Cenário		
Instrumento/operação	Descrição	provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	Variação de 10%			
4	do CDI	2.654	3.318/1.991	3.982/1.327
Empréstimos e financiamentos	Variação de 10%	(070)	(400)((000)	(550)/(400)
•	do CDI	(373)	(466)/(280)	(559)/(186)
	Efeite total líquido	2,281	2.852/1.711	2 422/4 4 44
	Efeito total líquido	2.281	2.852/1./11	3.423/1.141
Risco cambial				
			Efeito	
		Cenário		
Instrumento/operação	Descrição	provável (I)	Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior	Variação de 10%	(0)	E00((400)	4.040((000)
Format allows a financian automobiles and dides	do dólar	(9)	509/(492)	1.010/(993)
Empréstimos e financiamentos e dívidas	,	00.4	(47 504)/40 005	(0.4.070)/0.4.005
com partes relacionadas	do dólar	294	(17.584)/16.995	(34.873)/34.285
Fornecedor	Variação de 10% do dólar	15	(918)/887	(1.820)/1.789
	uu uulai	15	(310)/00/	(1.020)/1./09
	Efeito total líquido	300	733/(733)	878/(878)
	Lieito total liquido	300	133/(133)	0101(010)

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

#### (f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios ás outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração da Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde á dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 5. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

#### (f) Gestão de capital -- Continuação

A estratégia da Administração da Companhia é de manter o índice de alavancagem baixo (por volta de 10%). Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumariados:

	С	ontroladora	C	onsolidado
	2013	2012	2013	2012
Total dos empréstimos e financiamentose dívodas com partes relacionadas (Notas 14 e 20)	93.015	74.902	37.263	47.880
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(5.675)	(43.979)	(28.373)	(63.099)
Dívida líquida	87.340	30.923	8.890	(15.219)
Total do patrimônio líquido	421.449	412.375	421.449	412.375
Total do capital	508.789	443.298	430.339	397.156
Índice de alavancagem financeira	17%	14%	2%	0%

#### 5.2 Instrumento financeiro por categoria

			Controladora
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2013			
Contas a receber de clientes	39.998	-	39.998
Partes relacionadas	6.888	-	6.888
Depósitos judiciais	3.782	-	3.782
Caixa e equivalentes de caixa	2.626	3.049	5.675
	53.294	3.049	56.343
31 de dezembro de 2012			_
Contas a receber de clientes	68.618	-	68.618
Partes relacionadas	4.508	-	4.508
Depósitos judiciais	3.150	-	3.150
Caixa e equivalentes de caixa	9.867	34.112	43.979
	86.143	34.112	120.255

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 5. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 5.2 Instrumento financeiro por categoria--Continuação

		Ativos ao valor	Consolidado
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2013			
Contas a receber de clientes	45.013	-	45.013
Partes relacionadas	4.284	-	4.284
Depósitos judiciais	4.460	-	4.460
Caixa e equivalentes de caixa	3.165	25.208	28.373
•	56.922	25.208	82.130
31 de dezembro de 2012			
Contas a receber de clientes	83.637	-	83.637
Partes relacionadas	1.489	-	1.489
Depósitos judiciais	3.328	-	3.328
Caixa e equivalentes de caixa	11.942	51.157	63.099
	100.396	51.157	151.553
Outros passivos financeiros	Co	ntroladora	Consolidado
31 de dezembro de 2013			
Empréstimos e financiamentos		3.542	3.550
Partes relacionadas		89.473	33.713
Fornecedores e outras obrigações (a)		33.572	45.326
		126.587	82.589
31 de dezembro de 2012			
Empréstimos e financiamentos		7.139	17.256
Partes relacionadas		67.763	30.624
Fornecedores e outras obrigações (a)		75.154	88.302
	-	150.056	136.182

<sup>(</sup>a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

#### 5.3 Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 5. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 5.3 Hierarquia de valor justo--Continuação

_			Co	ontroladora
	2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado Títulos e valores mobiliários	3.049	3.049	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	34.112	34.112	-	-
_			С	onsolidado
	2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado Títulos e valores mobiliários	25.208	25.208	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51.157	51.157	-	-

# 6. Caixa e equivalentes de caixa

		Consolid	
2013	2012	2013	2012
5 2.621 3.049	5 9.862 34.112	7 3.158 25.208	7 11.935 51.157 63.099
_	5 2.621	5 5 2.621 9.862 3.049 34.112	5 5 7 2.621 9.862 3.158 3.049 34.112 25.208

As aplicações financeiras estão representadas em sua maioria por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Algumas aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

			Controladora		Cons	<u>olidado</u>
	Rendimento	Vencimento	2013	2012	2013	2012
Itaú Unibanco S.A.	100,5% CDI	2015	-	27.211	6.769	36.637
Banco Bradesco S.A.	101% CDI	2014	-	-	1.762	4.305
Banco do Brasil S.A.	100% CDI	2018	3.049	-	14.605	2.027
Banco Santander S.A.	101,8% CDI	2015	-	6.901	2.072	8.188
			3.049	34.112	25.208	51.157

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 7. Contas a receber de clientes

_	Controladora		Consolidado	
-	2013	2012	2013	2012
Mercado interno	39.146	66.579	44.161	81.924
Mercado externo	852	2.646	852	2.646
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(607)	-	(933)
<u> </u>	39.998	68.618	45.013	83.637

Os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidad	
	2013	2012	2013	2012
A vencer Vencidas:	38.300	64.561	43.105	79.448
Até 30 dias	1.698	3.910	1.842	4.042
De 31 a 60 dias	-	125	66	125
De 61 a 150 dias	-	22	-	22
Acima de 150 dias	-	607	-	933
	39.998	69.225	45.013	84.570

A movimentação da provisão para liquidação dos devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	607	934
Reversão de provisão	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	607	933
Reversão de provisão	(607)	(933)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-

# 8. Estoques

	Co	Controladora		onsolidado e
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	46.234	35.339 16.724	59.635 66.241	51.364
Produtos em elaboração Matérias-primas	10.166 77.498	66.348	73.889	64.928 66.800
Importações em andamento Materiais de suprimento	339 14.025	6.962 14.349	339 22.458	6.962 17.747
Provisão para desvalorização e perdas (a)	(3.202)	(6.110)	(3.202)	(6.110)
	145.060	133.612	219.360	201.691

(a) Refere-se a provisão de itens obsoletos dos estoques de materiais de suprimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 8. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para desvalorização e perdas do estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1.294
Constituição de provisão para perda na realização de estoques	4.886
Reversão de provisão para itens obsoletos	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6.110
Constituição de provisão para itens obsoletos	1.978
Reversão de provisão para perda na realização de estoques	(4.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.202

# 9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidade	
	2013	2012	2013	2012
Programa de integração social - PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação	1.618	2.180	1.618	2.180
de serviços – ICMS (i) Imposto sobre produto industrializado – IPI	2.871 71	2.552 137	3.384 71	3.091 137
Imposto de renda – IR e Contribuição social – CS IRRF a recuperar	623 422	329	1.051 422	702
·	5.605	5.198	6.546	6.110
Circulante Não circulante (i)	5.233 372	4.759 439	5.677 869	5.132 978

<sup>(</sup>i) Refere-se ao ICMS diferido quando das aquisições de máquinas e equipamentos, cuja realização não ocorrerá no prazo de 12 meses.

# 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2013 totalizam R\$ 51.252 (2012 – R\$ 41.420). No entanto, com base na Instrução CVM 371, mantém registrado apenas o montante de R\$ 26.737 (2012 – R\$ 20.736), tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributários futuros. A Controlada possui imposto diferido ativo no montante de R\$ 17.600 em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R\$ 12.765) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão constituída para recuperação da mina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A Administração vem monitorando a evolução desses créditos, e com base nos fluxos de caixa futuros, espera recuperar estes valores registrados contabilmente no prazo máximo de até dez anos.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos referidos créditos fiscais está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	Co	ontroladora	Cor	<u>isolidado</u>
Ano	2013	2012	2013	2012
2013	_	522	_	2.182
2014	-	1.355	2.522	2.650
2015	11.238	1.355	13.760	2.522
2016	5.391	1.355	7.913	2.522
2017	6.056	1.355	8.578	2.522
2018 até 2021	4.052	14.794	11.564	21.103
	26.737	20.736	44.337	33.501

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e sua controlada.

A Administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que os impostos serão efetivamente realizados pela compensação / exclusão com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da materialização das provisões e da expectativa de rentabilidade projetada no plano de negócios.

#### 11. Investimentos

		<u>Controladora</u>
	2013	2012
Cristal Mineração do Brasil Ltda.	150.821	141.779

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 11. Investimentos--Continuação

#### Dados da controlada

2013	2012
111.950	111.950
11.195	11.195
100,00%	100,00%
150.821	141.779
2013	2012
37.997	46.621
8.935	10.809
2013	2012
141.779	129.751
37.997	46.621
110	1.218
(29.065)	(35.811)
150.821	141.779
	111.950 11.195 100,00% 150.821 2013 37.997 8.935 2013 141.779 37.997 110 (29.065)

A Companhia possui dividendos a receber em 31 de dezembro de 2013 da Cristal Mineração no montante de R\$ 29.065 (2012 – R\$ 20.809).

## 12. Imobilizado

						Cor	ntroladora
	Torrongo	Edificaçãos	Máquinas e	Instalaçãos	Outros	Obras em andamento	Total
	Terrenos	Edificações	equipamentos	mstalações	Outros	andamento	Iotai
Em 01 de janeiro de 2012	1.017	39.822		39.737	5.786		169.703
Adições	-	-	1.694	211	3.030		9.749
Baixas, líquidas	-	-	(122)	(8)	(93)	(96)	(319)
Depreciação	-	(4.517)	(15.701)	(9.225)	(625)	-	(30.068)
Transferência entre ativos	-	-	9.907	656	(1.821)	(8.742)	
Em 31 de dezembro de 2012	1.017	35.305	71.556	31.371	6.277	3.539	149.065
Adições	-	-	1.099	98	2.544	4.434	8.175
Baixas, líquidas	-	-	(92)	(3)	(69)	(160)	(324)
Depreciação	-	(4.517)	(15.863)	(8.631)	(776)	` -	(29.787)
Transferência entre ativos	-	` _	5.187	` 149	(1.782)	(3.554)	
					, ,	,	
Em 31 de dezembro de 2013	1.017	30.788	61.887	22.984	6.194	4.259	127.129
Custo total	1.017	92.354	245.602	139.590	17.197	4.259	500.019
Depreciação acumulada	1.017	(61.566)	(183.715)	(116.606)	(11.003)		(372.890)
Depreciação acumulada	<u> </u>	(01.300)	(103.713)	(110.000)	(11.003)		(312.030)
Saldo liquido	1.017	30.788	61.887	22.984	6.194	4.259	127.129
Taxas anuais de depreciação	-	20%	10%	10%	4 a 10%	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 12. Imobilizado--Continuação

							C	onsolidado
			Máquinas e				Obras em	
	Terrenos	Edificações	equipamentos	Instalações	ARO	Outros	andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2012	4.426	47.472	109.566	55.934	2.830	7.552	8.316	236.096
Adições			2.373	267	6.511	3.389	5.452	17.992
Baixas, líquidas			(133)	(9)	-	(294)	(96)	(532)
Depreciação		(5.354)	(22.569)	(12.431)	(1.334)	(892)	` -	(42.580)
Transferência entre ativos			10.764	666	-	(1.836)	(9.594)	-
Em 31 de dezembro de 2012	4.426	42.118	100.001	44.427	8.007	7.919	4.078	210.976
Adições	-	-	1.499	204	5.486	2.927	5.850	15.966
Baixas, líquidas	-	-	(233)	(3)	-	(105)	(165)	(506)
Depreciação	-	(5.355)	(22.567)	(11.791)	(2.712)	(1.027)	-	(43.452)
Transferência entre ativos		<u> </u>	5.876	178	-	(2.117)	(3.937)	
Em 31 de dezembro de 2013	4.426	36.763	84.576	33.015	10.781	7.597	5.826	182.984
Custo total	4.426	109.114	323.470	175.190	17.146	25.740	5.826	660.912
Depreciação acumulada		(72.351)	(238.894)	(142.175)	(6.365)	(18.143)	-	(477.928)
Saldo liquido	4.426	36.763	84.576	33.015	10.781	7.597	5.826	182.984
Taxas anuais de depreciação		20%	10%	10%	14%	4 a 10%	-	

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 28.400 (2012 – R\$ 28.724) e a despesas, R\$ 1.385 (2012 – R\$ 1.344) na controladora e R\$ 41.566 (2012 – R\$ 40.679) e R\$ 1.985 (2012 – R\$ 1.901) no consolidado, respectivamente.

Certos bens do ativo imobilizado estão garantindo pagamentos de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 16 (f)). Entre os bens dados em garantia estão terrenos, máquinas e imóveis, cujos valores líquidos totalizam R\$ 9.096. Estes processos judiciais foram incluídos no parcelamento previsto na Lei n° 11.941/09, porém os bens do ativo imobilizado dados como garantias apenas deixarão de ser penhorados quando ocorrer o pagamento total dos parcelamentos.

Em 31 de dezembro de 2013, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques e agitadores, adição de calcinador químico, melhoria do tanque de alimentação da sulfatação, sistema de polimento de água e melhoria de equipamentos), cujos prazos médios de encerramento estão previstos para o ano de 2014.

O custo de recuperação de mina, líquido de exaustão, no valor de R\$ 10.781 (2012 – R\$ 8.007), está incluído na rubrica "ARO" no ativo e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra (Nota 17). A exaustão deste custo é calculada com base no tempo estimado de exploração da mina, cujo término é previsto para o ano de 2019.

Estão incluídos na rubrica "outros" os veículos adquiridos através de leasing financeiro, cujo valor residual é de R\$ 225 (2012 – R\$ 482) na controladora e R\$ 299 (2012 - R\$ 587) no consolidado, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 13. Intangível

	Direito de	e uso de aterro	)	Software		Total
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2012	1.920	1.920	_	-	1.920	1.920
Adições	-	-	500	713	500	713
Amortização	(428)	(428)	(3)	(3)	(431)	(431)
Em 31 de dezembro de 2012	1.492	1.492	497	<b>7</b> 10	1.989	2.202
Adições	-	-	100	308	100	308
Amortização	(427)	(427)	(28)	(51)	(455)	(478)
Em 31 de dezembro de 2013	1.065	1.065	569	967	1.634	2.032
Taxas anuais de amortização	10%	10%	10%	10%		

A amortização do exercício é toda alocada ao custo de produção.

# 14. Empréstimos e financiamentos

		Cor	troladora	Co	nsolidado
	Encargos efetivos financeiros anuais	2013	2012	2013	2012
Moeda nacional - R\$					
Vendor	100% a 107% CDI	3.542	6.735	3.542	16.778
Arrendamento mercantil	16,02%	-	404	8	478
		3.542	7.139	3.550	17.256
Circulante		3.542	7.139	3.550	17.248
Não circulante		-	-	-	8

A Companhia e sua controlada possuem operações de leasing financeiro decorrente da compra de veículos, contratadas com juros de 1,24% a.m., e prazos de 12 meses. A garantia para essas operações são os próprios bens adquiridos. As operações com vendor possuem os próprios títulos dos clientes como garantia e prazos de 3 meses.

# 15. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Co	<u>nsolidado</u>
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços –				
ICMS (a)	968	1.183	1.889	2.001
Programa de integração social - PIS e Contribuição para				
financiamento da seguridade social - COFINS	41	-	495	606
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.180	1.011	1.268	1.097
CFEM	-	-	276	247
Parcelamento de tributos federais (b)	6.988	7.221	6.988	7.221
Imposto de renda e contribuição social	-	443	6.818	7.328
Outros impostos	85	60	132	114
	9.262	9.918	17.866	18.614
Circulante	2.878	3.300	11.482	11.996
Não circulante	6.384	6.618	6.384	6.618

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

O cronograma de pagamento do não circulante é a seguinte:

	Controladora e c	Controladora e consolidado		
	2013	2012		
2013	-	614		
2014	627	614		
2015	627	614		
2016	627	614		
2017	627	614		
2018	627	614		
2019 em diante	3.249	2.934		
Total impostos não circulante	6.384	6.618		

#### (a) ICMS

# (i) ICMS – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 764, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. Sobre o saldo devedor postergado incidem encargos financeiros equivalentes 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ao ano e, em caso de antecipação dos valores devidos, a Companhia poderá receber um desconto de até 80% do saldo do ICMS cujo prazo de pagamento foi dilatado. No ano de 2013, as parcelas dilatadas vincendas em 2014 foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R\$ 6.539, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R\$ 1.676 no exercício de 2013 (2012 – R\$ 2.174).

#### (ii) ICMS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – FAIN

O Estado da Paraíba, através do Decreto nº 17.252/1994 constituiu o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que tem por finalidade a concessão de incentivos para investimento industrial no Estado. A controlada, através da Resolução 014/2001 se enquadrou no programa e hoje goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor deste incentivo foi de R\$ 4.747 (2012 – R\$ 4.842) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica Impostos incidentes sobre vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

#### (b) Parcelamento de tributos federais

A Companhia aderiu ao parcelamento instruído pela Lei nº 11.941/09, e em 2011 houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destacase: i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; iii) a possibilidade de utilização de saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro na liquidação das multas e juros.

### Resumo da consolidação:

Finsocial – execução fiscal	13.190
Tributos previdenciários	3.519
Outros tributos federais	2.769
Redução / desconto na consolidação	(5.376)
Compensação com prejuízos fiscais (Nota 10)	(7.659)
Valor consolidado	6.443
Atualização do parcelamento	1.307
Pagamento do parcelamento	(281)
Saldos em 01 de janeiro de 2012	7.469
Atualização do parcelamento	402
Pagamento do parcelamento	(650)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.221
Atualização do parcelamento	244
Pagamento do parcelamento	(477)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.988
Circulante	604
Não circulante	6.384

A distribuição por ano de vencimento das dívidas do não circulante é a seguinte:

Ano	2013	2012
2014	<u>-</u>	614
2015	627	614
2016	627	614
2017	627	614
2018	627	614
2019 em diante	3.876	3.548
	6.384	6.618

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

#### (c) Medida provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

### 16. Provisões

A Companhia e sua controlada discutem judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defendem de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

. . . .

....

	Controladora			Consolidado
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	4.934	5.171	5.256	5.492
Cíveis	-	250	427	677
Ambientais	1.253	1.387	1.253	1.387
Tributárias	-	-	3.687	-
	6.187	6.808	10.623	7.556
Circulante	753	387	753	387
Não circulante	5.434	6.421	9.870	7.169
Depósitos judiciais:				
Relacionados às provisões	(3.782)	(3.150)	(4.460)	(3.328)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **16. Provisões**--Continuação

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

					Controladora
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	Total
	(u)	(6)	(u)	(0)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.662	1.614	250		7.526
Adições	624	-	-		624
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-		(1.298)
Baixas por reversão	(44)	-	-		(44)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.171	1.387	250		6.808
Adições	226	-	-		226
Baixas por reversão	(463)	(134)	(250)		(847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.934	1.253	-		6.187

					Consolidado
	Trabalhistas	Ambientais	Cíveis	Tributárias	
	(a)	(b)	(a)	(c)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.759	1.614	677	-	8.050
Adições	940	-	-	-	940
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-	-	(1.298)
Baixas por reversão	(136)	-	-	-	(136)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.492	1.387	677	-	7.556
Adições	227	-	-	3.687	3.914
Baixas por reversão	(463)	(134)	(250)	-	(847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.256	1.253	427	3.687	10.623

- (a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e de sua controlada e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.
- (b) A Companhia vem incorrendo em desembolsos relacionados aos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. A Companhia estimou os desembolsos ligados a tais atividades e, em 31 de dezembro de 2013, mantém provisionado o montante de R\$ 1.253 (2012 - R\$ 1.387), dos quais R\$ 753 (2012 - R\$ 387) serão pagos no curto prazo. Não houve complemento de provisão em 2013.
- (c) O DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral entrou com um processo contra a Controlada referente a divergência da base de cálculo do CFEM nos exercícios de 2001 a 2009. Em face deste processo, a Controlada constituiu provisão no montante de R\$ 3.687.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como não sendo de probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2013 e 2012, para as quais nenhuma provisão foi constituída. As principais causas referem-se à:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 16. Provisões--Continuação

(d) Cláusula quarta da convenção coletiva de trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei n° 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 01 de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002, foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Presentemente, aguarda-se a conclusão do julgamento pelo STF de novos embargos de declaração, desta vez interpostos pelo Sindicato Profissional, em 21 de março de 2003, com vistas a obter a prevalência da Cláusula Quarta. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que há possibilidade de manutenção da invalidade da Cláusula Quarta, não obstante algumas empresas já terem efetuado acordo com o sindicato e já terem sido proferidos dois votos favoráveis ao recurso do Sindicato dos Trabalhadores. Adicionalmente, a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.

(d) Cláusula quarta da convenção coletiva de trabalho

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendendo que o desfecho da ação será favorável aos interesses do Sindicato Patronal, não registrou provisão para perda em relação a esta causa. Os valores envolvidos não foram divulgados considerando a impossibilidade de mensurá-los.

(e) Auto de Infração de ICMS

A Companhia possui Auto de Infração, de n° 3.126.579-0, no montante de R\$ 7.900, lavrado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo em virtude do suposto não pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008, julgado parcialmente improcedente e cujo montante foi reduzido para R\$ 5.595. Posteriormente foi interposto o recurso para instância administrativa superior. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera perdas para esse processo e, portanto, não constituiu provisão em seus registros contábeis em relação a esse assunto.

A controlada possui o Auto de Infração, no montante de R\$ 38.000, lavrado pela Secretaria de Estado da Receita do Estado da Paraíba, em razão da transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada, visto que as autoridades fiscais entenderam que neste tipo de operação existe a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 16. Provisões--Continuação

#### (e) Auto de Infração de ICMS--Continuação

Esse Auto de Infração foi julgado procedente pelo Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba. Posteriormente, foi ajuizada Ação Anulatória perante a 4a. Vara da Fazenda Pública de João Pessoa, tendo sido concedida tutela antecipada para suspender a exigibilidade da dívida. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera que o desfecho seja desfavorável à Companhia e, portanto, não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo.

#### (f) Garantias

Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia ofereceu itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R\$ 20.539 (2012 – R\$ 20.343).

### 17. Gastos para recuperação da mina

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais foram capitalizados quando do início das atividades de lavra (Nota 12). A controlada gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. A controlada desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.

Em 2013 a Controlada contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos e restauração de áreas degradadas, o que gerou uma atualização dos gastos necessários para recomposição do ambiente em decorrência do avanço da atividade extrativista e, consequentemente, um ajuste do saldo no montante de R\$ 5.486, o qual foi registrado em contrapartida do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para recuperação e reflorestamento da área da mina é de R\$ 34.818 (2012 – R\$ 26.563). O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão, no montante de R\$ 2.769 (2012 – R\$ 2.415), foi registrado em contrapartida do custo de produção.

	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	17.636
Atualização da provisão para recuperação da mina	6.512
Ajuste a valor presente	2.415
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.563
Atualização da provisão para recuperação da mina	5.486
Ajuste a valor presente	2.769
Saldos em 31 de dezembro de 2013	34.818

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 18. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 162.505, representado por 2.321.499.770 ações. A composição do capital social por classe (em número de ações) em 31 de dezembro 2013 e 2012 é demonstrada a seguir:

Ações ordinárias Ações preferenciais: Classe "A" Classe "B"

812.671.840

987.379.050 521.448.880

2.321.499.770

Do total das ações representativas do capital social, 617.883.675 ações preferenciais classe "A" e 240.669.640 ações preferenciais classe "B" pertencem a acionistas do grupo controlador domiciliados no exterior.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:

- Preferenciais classe "A" Gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às acões ordinárias e às acões preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.
- Preferenciais classe "B" Gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das S.A..

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais das classes "A" e "B", terão preferência para subscrição de aumento de capital.

As ações da Companhia não são resgatáveis e os respectivos dividendos são distribuídos com base no lucro e/ou limite das reservas de lucros e de acordo com os critérios estabelecidos pelo estatuto da Companhia, sujeito à aprovação da Assembleia Geral. Em determinadas situações específicas, a Companhia pode determinar pela reversão/não distribuição parcial ou total, conforme já ocorrido em exercícios passados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

### 18. Patrimônio líquido--Continuação

(b) Reserva especial - Correção monetária especial (Lei 8.200/91)

Contabilizada com base no artigo 2o. da Lei no. 8.200, em 28 de junho de 1991, regulamentada pelo decreto no. 332 de 4 de novembro de 1991, essa reserva registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos.

(c) Reserva de capital – Isenção e redução de imposto de renda

Para o lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 19 (b), até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.

### (d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.

(e) Reserva estatutária - Especial para dividendos

Essa reserva tem por objetivo absorver os dividendos obrigatórios não distribuídos, conforme previsto nos parágrafos 4o. e 5o. do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(f) Reserva estatutária - Para aumento de capital

Reserva para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% do lucro líquido do exercício ajustado. O montante dessa reserva não poderá exceder o limite de 80% do capital social.

#### (g) Dividendos

Um dividendo mínimo de 25% do lucro ajustado na forma da lei é obrigatoriamente distribuído aos acionistas, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012
Lucro líquido da controladora	11.514	50.118
Incentivos fiscais	-	(5.152)
Reserva legal	(577)	(2.506)
Base de Cálculo	10.937	42.460
Dividendos mínimos distribuídos (25%)	2.734	10.615
Dividendos adicionais propostos	7.016	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 18. Patrimônio líquido--Continuação

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 9.750 (2012 - R\$ 10.615), são demonstrados a seguir:

Quantidade de ações classe "A" Dividendo – Ações classe "A Valor nominal de ação – Lote de mil Provisão para dividendos ações classe "A"- R\$ mil Dividendo unitário por Ações classe "A" R\$	987.379.050 6% 70,00 4.147 0,0042
Quantidade de ações classe "B"	521.448.880
Provisão para dividendos ações classe "B"- R\$ mil	2.190
Dividendo unitário por Ações classe "B" R\$	0,0042
Quantidade de ações ordinárias	812.671.840
Provisão para dividendos ações ordinárias R\$ mil	3.413
Dividendo unitário por Ações Ordinárias R\$	0,0042

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	Controladora e consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012	7.440
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	2.718
Pagamento de dividendo referente exercício anterior	(2.591)
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	10.615
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18.182
Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores	(19.668)
Adiantamento de dividendo referente exercícios corrente	758
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	2.734
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.006

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 19. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.514	56.987	11.082	64.339
Adições permanentes Realização de reserva especial Doações Outros	1.538 660 1.520	1.420 933 258	1.538 667 1.578	1.420 942 341
Adições temporárias Ajuste de RTT da diferença de depreciação Outras diferenças de RTT Provisão líquida de bônus com vendas Provisões PLR Provisão realização do estoque Variação cambial Provisão contingências Outros	14.573 (603) 5.443 2.979 - 5.576 953 3.937	15.268 (234) 6.072 3.637 4.886 6.747 654 2.279	20.073 (691) 5.443 3.518 - 6.141 10.127 5.572	20.792 (261) 6.072 4.146 4.886 7.195 4.720 2.469
Exclusões permanentes Resultado equivalência patrimonial Outros	(37.997) (23)	(46.621)	-	-
Exclusões temporárias Reversão PLR exercício anterior Reversão bônus com vendas exercício anterior Variação cambial líquida Reversão provisão bônus da administração Provisão ajuste de estoque Reversão provisões contingências Outros	(3.553) - (1.488) (1.820) (4.911) (713) (8.766)	(3.765) (4.381) (3.959) (1.672) - (1.114) (1.525)	(4.013) - (2.173) (2.208) (4.911) (1.209) (9.092)	(4.417) (4.381) (4.138) (1.930) - (1.206) (1.525)
Lucro real Exclusão de prejuízo da controladora Compensação de prejuízo fiscal – 30% Base fiscal	(17.181)	35.870 - (10.761) 25.109	41.442 17.181 - 58.623	99.464 (10.761) 88.703
Alíquota do imposto - %  Imposto à alíquota da legislação – corrente	34%	(8.537)	34% (19.932)	34% (30.158)
Deduções por incentivos fiscais (Nota 19 (b)) Outros	<u>-</u>	5.152 175	8.935 594	15.961 395
Imposto de renda e contribuição social - corrente		3.210	10.403	13.802
Créditos de adições temporárias Utilização de prejuízos fiscais e base negativa	(6.000)	3.659	(6.000) (4.835)	(3.240) 3.659
Total de imposto de renda e contribuição social – Diferido Alíquota efetiva	(6.000) 35%	3.659 12%	(10.835) -18%	419 22%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### (b) Incentivos fiscais

Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração:

A Companhia possui o direito de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2017 sobre o lucro da oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano, concedido levando-se em consideração a modernização da planta.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apurou lucro fiscal de lucro da exploração. Em 2012 apurou o montante de R\$ 5.152 referente a incentivos fiscais de imposto de renda.

A controlada possui também o direito a redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o resultado das suas operações industriais, limitada a sua capacidade instalada, dos produtos zirconita, rutilo, ilmenita, cianita e areia bruta até o final de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada apurou R\$ 8.935 (2012 – R\$ 10.809) a abater do montante de IRPJ devido no exercício.

#### 20. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidad	
<del>-</del>	2013	2012	2013	2012
Ativo circulante				
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido)	63	33	63	33
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA) (e)	3.463	1.456	3.463	1.456
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (d)	2.604	3.019	-	-
Millennium Australind (f)	758	-	758	-
	6.888	4.508	4.284	1.489
Parata star lasts				
Passivo circulante	F70	405	F70	405
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido)	576	495	576	495
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA)	341	1.440	341	1.440
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA) (b)	32.796	28.609	32.796	28.609
Cristal Mineração do Brasil Ltda (a) (c)	55.760	37.219	-	-
Millennium Inorganic Ltd. (França) (a)	-	-	-	80
-	89.473	67.763	33.713	30.624
Resultado (a)				
Millennium Inorganic Chemicals Inc. (EUA) (b)	304	46	304	46
Millennium Inorganic Ltd. (Reino Unido)	34	2.342	34	2.342
Millennium Inorganic Ltd. (França) (a)	-	-	22.862	20.166
	338	2.388	23.201	22.554
=	330	2.300	23.201	22.334

(a) Compra / venda de produtos inerentes ao objeto social da Companhia, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita. Os preços são calculados com base no preço médio de produtos iguais ou similares praticado no mercado de destino.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

- (b) Financiamento intercompany em moeda norte-americana para viabilizar manutenção do fluxo de caixa das atividades operacionais. Não há prazo, juros ou encargos envolvidos na operação.
- (c) Contas a pagar com a Cristal Mineração no montante de R\$ 55.760 (2012 R\$ 37.219) decorrentes de compras de ilmenita.
- (d) Rateio de despesas, conforme contrato estabelecido entre as partes.
- (e) Pagamento de despesas de logística e armazenagem para parte relacionada.
- (f) Adiantamento de dividendos referentes ao exercício de 2013.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições pactuadas entre as partes.

### Participação nos lucros e resultados

Em 2013, a Companhia distribuiu participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 4.123 (2012 - R\$ 3.678), registrados no resultado nas rubricas de custo de produção (das vendas) no montante de R\$ 3.619 (2012 - R\$ 3.052) e de despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 504 (2012 - R\$ 626).

#### **Dividendos**

Em 2013, a Companhia apurou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 2.734 (2012 – R\$ 10.615).

#### Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	2013	2012	
Diretores	1.167	1.115	
Conselheiros	57	57	
Comitê executivo	140	139	
	1.364	1.311	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 21. Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

_	Controladora		Consolidad	
	2013	2012	2013	2012
Vendas brutas				
Mercado interno	377.261	428.830	455.285	509.416
Mercado externo	10.330	18.676	33.191	38.842
Impostos incidentes sobre vendas	(67.991)	(75.794)	(75.322)	(83.118)
Descontos, abatimentos e outras deduções	(7.882)	(7.434)	(8.209)	(9.366)
·	311.718	364.278	404.945	455.774

# 22. Custo de vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Cor	solidado
	2013	2012	2013	2012
Matérias primas	155.598	123.949	167.981	124.547
Materiais secundários	19.517	17.543	19.517	17.543
Materiais de embalagens	2.978	2.756	3.194	3.214
Combustíveis	26.975	26.857	27.773	27.484
Energia elétrica	8.639	11.796	13.330	18.244
Mão de obra	53.742	51.765	62.424	64.247
Serviços de terceiros	15.476	14.171	17.581	17.824
Depreciação e amortização Outros	30.240 39.940 353.105	30.500 58.791 338.128	44.029 34.711 390.540	43.012 49.495 365.610
Custo de vendas	336.942	323.965	370.626	349.037
Despesas gerais e administrativas	16.163	14.163	19.914	16.573

## 23. Despesas com vendas

	Controladora		Consolida	
	2013	2012	2013	2012
Frete Alugueis e armazenagem Despesas portuárias e aduaneiras Outras despesas com vendas	6.488 490 57 228	6.241 727 40 153	16.394 490 836 230	14.314 727 972 154
	7.263	7.161	17.950	16.167

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidad	
	2013	2012	2013	2012
Receita processos judiciais (a)	20.061	-	20.061	-
Honorários advocatícios (a)	(4.012)	-	(4.012)	-
Venda de outros materiais	167	388	350	652
Provisão para perda do estoque	=	(4.886)	-	(4.886)
	16.216	(4.498)	16.399	(4.234)

(a) A Companhia ajuizou ação ordinária contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) na vara Federal de Brasília, referente ao processo 2003.34.00.002814-2, objetivando a correção monetária integral e o pagamento da diferença de juros e dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás. Em 01 de outubro de 2013, a Eletrobrás depositou judicialmente o valor de R\$ 20.061, a título de parcela incontroversa, em favor da Companhia perante a Caixa Econômica Federal, após decisão favorável do juiz em 30 de setembro de 2013, dando ganho de causa para a Cristal. Adicionalmente, a Companhia possui um montante de 20% a ser pago de honorários advocatícios, totalizando R\$ 4.012. O saldo a receber da Eletrobrás está contabilizado na rubrica de "outros ativos", enquanto que o valor a pagar a título de honorários está contabilizado na rubrica de "outros passivos".

## 25. Informações por segmento de negócios

A Companhia divide seu negócio no segmento de produção e industrialização de dióxido de titânio, realizados pela controlada e no segmento de extração, produção e comercialização dos minérios rutilo, ilmenita e zirconita, relizados pela controlada Cristal Mineração.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

#### (a) Lucro bruto

			2013
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Operações Continuadas Receita líquida	311.718	106.599	418.317
Receita líquida entre segmentos	-	(13.372)	(13.372)
Custo das vendas	(336.942)	(47.056)	(383.998)
Custo das vendas entre segmentos		13.372	13.372
	(25.224)	59.543	34.319
			2012
	Pigmento de		
	titânio	Minérios	Total
Operações Continuadas			
Receita líquida	364.278	104.148	468.426
Receita líquida entre segmentos	-	(23.738)	(23.738)
Custo das vendas	(323.965)	(37.724)	(361.689)
Custo das vendas entre segmentos		23.738	23.738
	40.313	66.424	106.737

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 25. Informações por segmento de negócios--Continuação

### (b) Receita por cliente

### (i) Pigmento de titânio

		2013		2012
Grupo BASF	57.231	18%	90.994	25%
Grupo CROMEX	39.744	13%	56.395	15%
Grupo AKZO	35.132	11%	53.234	15%
Grupo ENGEFLEX	16.688	5%	19.889	5%
Grupo ALPAGARTAS	10.527	3%	15.134	4%
Grupo ESTILOQUIMICA	8.530	3%	13.706	4%
Outros	143.866	47%	114.926	32%
	311.718	100%	364.278	100%

### (ii) Minérios

_		2013		2012
Millennium Inorganic Chemicals (França)	22.862	21%	20.166	19%
Colorobbia Brasil Produtos para cerâmica	19.188	18%	17.951	17%
Endeka Ceramics	15.457	15%	17.475	17%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A.	20.401	19%	16.101	15%
Unimin do Brasil	3.198	3%	6.814	7%
Eurocolor Ind. e Com. De Zirco	3.198	3%	6.302	6%
Trebol	15.990	15%	6.293	6%
Outros	6.305	6%	13.046	13%
	106.599	100%	104.148	100%

### (c) Receita por produto

### (i) Pigmento de titânio

	2013	2012
Pigmento de titânio	<b>311.718 100%</b> 364.27	8 100%
	<b>311.718 100</b> % 364.27	8 100%

### (ii) Minérios

	-	2013		2012
Ilmenita	45.465	43%	43.092	41%
Zirconita	55.413	53%	54.634	52%
Rutilo	5.174	4%	5.958	6%
Cianita	547	1%	437	0%
Areia Bruta		-	27	0%
	106.599	100%	104.148	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 25. Informações por segmento de negócios--Continuação

### (d) Outras informações

### (i) Pigmento de titânio

	2013	2012
Lucro antes do IR e CS	5.514	56.987
Imobilizado		
Custo total	500.019	492.171
Depreciação acumulada	(372.890)	(343.106)
Total do ativo	564.452	594.991
(ii) Minérios		
	2013	2012
Lucro antes do IR e CS	43.565	53.973
lmobilizado		
Custo total	160.891	153.277
Depreciação acumulada	(105.037)	(91.370)
Total do ativo	233.547	216.345

Para o segmento de minérios (exploração) não haverá investimentos significativos até o encerramento das suas atividades, previstas para 2019, que careça divulgação de fluxo de caixa descontado, exceto pelos gastos normais de manutenção da atividade, que são registrados no custo da operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 26. Lucro por ação

### (a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	11.514	50.118
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)		
Ordinárias	812.672	812.672
Preferenciais classe "A"	987.379	987.379
Preferenciais classe "B"	521.449	521.449
Lucro básico por ação – R\$		
Ordinárias	0,003	0,020
Preferenciais classe "A"	0,007	0,024
Preferenciais classe "B"	0,003	0,020

### (b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

# 27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

	Importância	
Ramos	segurada	Vencimento
Multi-riscos (estoques) e riscos operacionais	451.887	Julho/2014
Lucros cessantes	213.000	Maio/2014
Responsabilidade civil administradores e diretores	46.000	Maio/2014

As premissas e riscos adotados, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 28. Eventos subsequentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 15 de janeiro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta do Conselho de Administração do agrupamento da totalidade das ações representativa do capital social da Companhia, com base no art. 12 da lei 6.404/76, no art. 1, inciso IV da Instrução CVM 323/2000 e na Instrução CVM 358/02. O agrupamento será efetuado na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2013, passando o capital social a ser representado por 23.214.997 (vinte e três milhões, duzentos e quatorze mil e novecentos e noventa e sete) de ações, sendo 8.126.718 (oito milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e dezoito) ações ordinárias, 9.873.790 (nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa) ações preferenciais de classe "A" e 5.214.448 (cinco milhões, duzentos e quatorze mil e quatrocentos e quarenta e oito) ações preferenciais classe "B", todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

\*\*\*